

# **RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA**

**Aplicabilidade de bases conceituais das  
Ciências Humanas e Sociais  
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira  
Norma Valencio  
Mariana Siena  
Marco Antonio Malagoli  
(Organizadores)**

*RiMa*

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

# Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências  
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



**Antenora Siqueira**  
**Norma Valencio**  
**Mariana Siena**  
**Marco Antonio Malagoli**  
(organizadores)

*RiMa*

2015

© 2015 dos autores

## Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

## Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r            Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.  
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.  
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.  
I. Autor. II. Título.

### COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

*RiMa*

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

## Sobre os autores

**Alessandra Nascimento Bernardo:** Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

**Aline Silveira Viana:** Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências - Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline\_geronto@hotmail.com

**Antenora Maria da Mata Siqueira:** Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

**Antônio Miguel Vieira Monteiro:** Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

**Arthur Soffiati:** Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

**Cláudia Paola Cardozo:** Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta - UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH - UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

**Cláudio Carneiro:** Membro da Diretoria da AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

**Davi Barbosa do Nascimento:** Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

**Dora Vargas:** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

**Edison Pessanha Braga:** Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

**Eymar Silva Sampaio Lopes:** Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

**Jane Nunes:** Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

**Jocimar Gonçalves Lisboa:** Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

**Juliana T. Nazareno Mendes:** Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

**Juliana Sartori:** Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Recursos Hídricos” e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

**Layla Stassun Antonio:** Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

**Letícia Aparecida Rocha:** Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

**Luana Fernandes dos Santos Azeredo:** Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

**Luciano Lourenço:** Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

**Marcello Silva da Costa:** Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

**Marco Antonio Sampaio Malagoli:** Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

**Mário Augusto Vicente Malaquias:** Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

**Neusa Francisca Nascimento:** Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

**Norma Valencio:** Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

**Renzo Taddei:** Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

**Roberto do Carmo:** Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

**Samira Younes Ibrahim:** Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

**Sérgio Portella:** Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sportella@gmail.com

**Simone Santos Oliveira:** Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

**Thaís Lopes Côrtes:** Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

**Virgínia Garcia Acosta:** Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

# Sumário

Apresentação ..... xi

## Seção I

### Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização ..... 3  
*Luciano Lourenço*

La construcción social de la prevención. Un concepto  
en construcción ..... 45  
*Virginia García-Acosta*

Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas ..... 57  
*Antenora Maria da Mata Siqueira*

Desastres normais: das raízes aos rumos de uma  
dinâmica tecnopolítica perversa ..... 79  
*Norma Valencio*

## Seção II

### Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares

Reino da necessidade *versus* reino dos direitos: desafios e  
impasses ao assistente social em contextos de desastres ..... 123  
*Dora Vargas*

O ato de habitar a partir de um programa habitacional1 ..... 141  
*Juliana Nazareno Mendes*

Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião  
de São Tomé ..... 161  
*Arthur Soffiati*

A liberdade se equipara à vida ..... 187  
*Sergio Portella*

Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia ..... 205  
*Marco Antonio Sampaio Malagoli*

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres ....	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ) .....	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro .....	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres) .....	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos .....	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água .....	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes .....	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre .....	373
<i>Juliana Sartori</i>	

### Seção III

#### Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres .....	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo .....	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão .....	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT) .....	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum .....	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico” .....	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra” .....	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ .....	509
<i>Edison Pessanha</i>	



# Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

*O mal-estar da civilização* a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



# A liberdade se equipara à vida

**Sergio Portella**

---

## Introdução

Em 18 de abril de 2015, no auditório da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, o professor Allan Lavell (pesquisador social de riscos e desastres da FLACSO) proferiu palestra avaliando os termos do Marco Mundial de Redução de Desastres para o período 2015-2030, referendado um mês antes em Sendai, no Japão (UNISDR, 2015). Na finalização de sua apresentação, o professor – que acabou de ser agraciado com o prêmio Sasakawa 2015 da ONU, por sua extensa e profícua produção acadêmica na área de riscos e desastres – fez reflexão a partir do comentário de outro emérito professor, o pesquisador David Alexander (Institute for Risk and Disaster Reduction, University College London). Lavell comentou que Alexander havia declarado que o Marco de Sendai era a formulação mais precisa e concisa das necessidades mundiais com relação ao tema de redução de desastres. Mas Alexander, segundo Lavell, acrescentou que elas eram óbvias e que a principal questão era: se sabemos, por que não implementamos? Lavell, então, ponderou que, se temos aqueles que perdem com desastres, infelizmente temos aqueles que ganham com estes, e é essa disputa que faz nos mover em velocidade menor que a necessária para responder ao incremento mundial de riscos e desastres.

Essa disputa precisa ser reconhecida já no início de nossa conversa, pois ela gera um efeito que desmerece a declaração “a missão é salvar vidas”, não tornando-a mais suficiente para o se decidir salvá-las, ou tão importante quanto: dignificá-las. Nessa direção, em artigo que trata do desastre de 11 de janeiro de 2011 nas cidades serranas do Rio de Janeiro (PORTELLA; NUNES, 2014), muito se insistiu, nos debates decorrentes, que fosse desenvolvido o que foi ensaiado muito timidamente como resposta à pergunta: “O que está normalizado – naturalizado – na relação governo-ciência-cidadãos durante eventos extremos?” Um esforço de continuar esse debate é a motivação das reflexões que se seguem partindo da mesma tímida e reduzida resposta anterior de que está “aceito que o sistema de redução de desastres é inevitável, necessário e consequentemente benigno – e politicamente desejável, pois existe para preservar, salvar e recuperar vidas”. Essa aceitação foi celebrada mundialmente no Japão, de 15 a 18 de março de 2015, quando se estabeleceu o novo Marco para Redução de Desastres, de Sendai, e seu teor técnico-científico consensual dá

a ele universalidade de verdade e urgência que o transforma em exigência indiscutível para os governos signatários, de praticamente todo o planeta.

Em nossa resposta anterior apontávamos para um porém, “o das muitas filigranas éticas que surgem a partir da missão de salvar vidas, e que não podem ser desconsideradas, justamente porque está em jogo o valor máximo vida humana. E o valor vida humana, como destaca Enrique Dussel (1999) em suas seis teses, nunca pode ser considerado sem a sua relação com o valor liberdade humana”. É preciso que se diga que, se a vida tem envergadura global e perene, a liberdade tem envergadura local e efêmera. Uma remete à tradição para que se preserve o futuro de si mesma; a outra remete ao aqui e agora, que, paradoxalmente, justifica a vida humana, mas a questiona em como ela se atualiza neste exato momento. Portanto, a necessidade de preservar a vida e promovê-la em liberdade é uma condição antecedente e necessária que justifica a resposta aos desastres, mas que não legitima necessariamente – ou imediatamente – o sistema de prevenção e redução de desastres e seus efeitos que está sendo organizado, mundial e localmente, de maneira intensiva. Por isso que promover a democracia e a participação pública, em sistemas globalizantes como as plataformas de redução de desastres – que surgirão no mundo como o novo modo de se viver no planeta Terra, sinalizado pelo Marco de Sendai –, é uma questão crucial para o próprio respeito à vida e à liberdade do seres que vivem atualmente, *hic et nunc*.

A experiência de muitos desastres paradigmáticos no mundo: Furacão Katrina (EUA), Terremoto do Haiti, Tsunamis do Sul da Ásia e no Chile, ou o evento extremo das cidades serranas no Rio de Janeiro, Brasil, aponta para essa verdade trágica. Quando se separam vida e liberdade, possibilita-se a criação de plataformas de redução de desastres cuja principal função – paradoxalmente – será a de ser capaz – mais essencialmente – de operar a gestão das populações e poder aquilatar que vida vale mais do que outras, principalmente nos períodos de recuperação pós-desastres. Exagero?! Não, não é exagero. A questão não deveria nos ser tão estranha, pelo menos para nós, povos colonizados pelas metrópoles, pois ela nos acontece desde que fomos declarados pertencentes aos reinos europeus.

A expressão a “liberdade se equipara à vida”, que intitula estas reflexões, é oriunda das teses do Dominicano Francisco de Vitoria (1486-1546), considerado o pai do Direito Internacional e que viveu praticamente toda a vida em Salamanca, Espanha. Ele buscou fundamentos que conseguissem favorecer o respeito à existência e à dignidade dos povos americanos,

construindo a ideia de direito natural e divino, regido pelo reis católicos, contra a fúria destruidora dos colonizadores europeus. Vitoria trabalhava em colaboração com outro Dominicano, Bartolomeu de Las Casas, primeiro padre a ser ordenado em território colonizado e que necessitava de argumentos europeus para poder proteger americanos. Apesar de sua beleza sintético-poética poder ser confundida com uma excelente bandeira de luta moderna, a expressão atribuída a Vitoria trata de um tema trivial de escravidão: pode um índio escravo condenado à morte fugir? Depois de longas argumentações, ele conclui: Sim, pode! E, por isso, somente aí, a liberdade de fugir pode ser realizada para preservar o bem maior que é a própria vida. No entanto, aqui, seguimos Dussel, de que liberdade e vida são indissociáveis. E não temos de gastar longas discussões teológico-políticas (hoje, seriam científico-políticas) para justificar a liberdade e a vida, como unha e carne, corda e caçamba ou corpo e alma. Ou melhor, vida e liberdade se constituem em um sistema ético indivisível (DUSSEL, 1999). Trata-se da existência humana propriamente dita. E, para dividi-los, é preciso ser violento, como os colonizadores e suas máquinas militares e jurídicas sempre foram: coletiva, individual, física, emocional e simbolicamente.

Aqui, mais um paradoxo: separar vida e liberdade cria um conjunto de falsos dilemas, que nos faz entrar em discussões que não nos pertencem, mas, sim, àqueles que praticam a dominação. E todas as vezes que assim o fazemos nos esquecemos imediatamente de nós mesmos, de nossos povos e de nossos corpos. Para tanto, seguimos discutindo sobre o que parece muito antigo, mas do qual depende a modernidade atual: a colonialidade e suas conexões entre poder-ciência-cidadania. E discutimos mais detidamente sobre o que nos parece mais invisível em todo o nosso processo de desenvolvimento de plataformas de redução de desastres: o próprio regime de produção de verdade (FOUCAULT, 2004).

## **O dilema da segurança humana nos desastres**

Na arena da Conquista Espanhola que se impõe aos dominicanos Bartolomeu de Las Casas e Francisco de Vitória, longos debates se seguem em Salamanca e Madri, para defenderem – ou não – a igualdade dos homens perante deus, divino poder representado aqui pelos reis católicos, que possibilitava certo direito de propriedade aos dominados, além de certas prerrogativas jurídicas, como aquele do direito de fugir na ameaça de sua vida (VITORIA, 1998) . A igualdade perante deus implicava, portanto, a existência da alma individualizada nas pessoas integrantes dos povos americanos e que eram, assim, a partir daquele momento, candida-

tos ao céu como os demais homens de todos os tempos e de todos os lugares.

Alma, propriedade, igualdade perante deus são “agendas” europeias que os povos americanos levaram muito tempo para considerar como uma agenda a ser compartilhada. Isso só acontece quando a linguagem jurídica dos dominadores se impõe definitivamente para além da violência dos soldados e é infimamente possível negociar “mais tempo de vida individual e coletiva” e “menos morte e destruição rotineiras”.

Esses paradoxos das agendas do dominador e do dominado ainda podem ser vistos no encontro entre padres católicos europeus e sacerdotes mexicanos para debater a agenda de dominação por cima, a partir da divindade mesma: seria o deus católico superior aos deuses dos povos americanos, ou não? Ou na resistência ainda ativa expressa no *Popol Vuh*, escrito em parte já durante o processo da Conquista, mas utilizando os referenciais culturais de antes dela (TODOROV, 2003). Dos paradoxos, vamos aos dilemas de se possuir uma alma, ou não, o que poderia representar ser escravizado ou ser colonizado. Ou deixar os africanos de fora por um tempo, para que a agenda da produção escrava não fosse completamente desmontada, com um acordo do próprio Bartolomeu de Las Casas, intransigente defensor da liberdade dos índios. Ser batizado ou não? Ganhar um novo nome cristão ou não?

Esses macroparadoxos, dilemas operacionais e microescolhas pessoais tiveram destaque no artigo do professor Marandola (2014), não mais dentro do ambiente da Conquista Espanhola, mas a partir da constituição de plataformas de redução de desastres em todo o mundo, especialmente no Brasil. Para introduzir o tema, o professor lança mão de imagens universalizadas por Hollywood, por meio do filme *A Escolha de Sofia*, roteiro que se inicia a partir da Segunda Guerra Mundial em campos de concentração nazistas para judeus. A sinopse do filme, muito bem construída pelo professor, mostra esses momentos dramáticos da história moderna, em que a diferença entre humanos se impõe de tal forma que uns podem ser mortos justificadamente pelos outros. Assim, como se não tivessem “alma”.

Em sua loucura de sofrimento, Sofia – nossa protagonista – é lúcida. Pois não existe escolha possível. Qual dos dois filhos abandonar imediatamente ao controle do carrasco nazista? Ela não consegue escolher. Todos já estão abandonados àquele sistema. Não existe escolha. Ela não escolhe imediatamente para ganhar tempo, para ver se um milagre acon-

tece, pois o sistema quer destruir e o faz – Sofia só vai fazer a microescolha de como será. Essa situação dramática é muito comum entre aqueles que vivenciaram e sobrevivem a um desastre. E ela pertence de alguma maneira a todos os que sofrem suas perdas, ao se fazer a famosa pergunta posterior: “e se?”. Há que se viver com ela, pois é insuperável em sua dor.

Ao se ler o artigo do professor Eduardo Marandola, pode-se inicialmente pensar que se trataria disso: do sofrimento invisível de cada pessoa que sobrevive às suas perdas mais íntimas e se faz a pergunta posterior: “e se?”. Mas o artigo do professor trata muito mais da definição da agenda da gestão de desastres no Brasil, dos coletivos internacionais e de seus dilemas. O professor defende que, com a intensificação dos desastres nos últimos anos, apesar do esforço da gestão (internacional, nacional, regional, estadual ou municipal), há descompasso entre esse esforço e seus resultados, promovendo aumento da sensação de não-segurança na população, em vez de a “estabilizar”. A “escolha de Sofia” da sociedade brasileira seria: implementamos capacidades de resposta para aqueles que estão em situações de risco ou trabalhamos para mudar estruturas que produzem as situações de risco (MARANDOLA, 2014, p. 91)? Prevenir ou mitigar?

Para o professor, nossa maneira de dar respostas sociais aos problemas é por meio de uma abordagem setorializada, não globalizada. Prevalectem perspectivas setorialistas que priorizam proposições de soluções mitigadoras e tecnificadas, contribuindo para a manutenção do sistema emergência-desastre e seu uso político. Desconsidera-se que o próprio desastre é, na verdade, cotidiano e corriqueiro, não uma eventualidade, concorda o professor com Norma Valencio (2014) ao citá-la numa crítica à naturalização dos desastres, apontando para a necessária contextualização da segurança humana no âmbito da própria produção e reprodução social do espaço.

Marandola propõe um duplo reposicionamento do debate: 1. Pensar o sentido ontológico da segurança humana, centrando-o no sentido do habitar em sua dimensão fenomenológica. 2. Questionar a agenda brasileira que incorpora o tema das mudanças climáticas, reforçando as ações de mitigação que reificam as estruturas vigentes, impossibilitando à sociedade brasileira escapar do dilema de Sofia. “A solução é articular os dois pontos a partir da ideia de segurança humana reposicionada para seu âmbito ontológico, centrando-a no sentido propriamente humano: a possibilidade, na forma do direito, de ser e estar no mundo, a partir de um habitar digno, garantido na constituição de um lar”, aponta o professor (MARANDOLA, 2014, p. 93).

Mudanças climáticas. Ontologia da segurança humana. Ser e estar no mundo a partir de um habitar digno: um lar. Prevenir ou mitigar? São como alma, propriedade, igualdade perante um deus estranho. Devemos ser batizados ou não? Como Sofia, não temos o que escolher. Como os povos americanos do período da Conquista, não temos como escapar. Podemos apenas decidir “como”, e só aí pode existir alguma possibilidade de transformação dessa inevitabilidade.

## **A assimetria do conhecimento e a epistemologia de fronteira**

Bem, por dentro, a discussão fica difícil e truncada, e a existência singular de cada pessoa e de cada povo desaparece diante da universalidade das mudanças climáticas, da falta de segurança ontológica humana ou da defesa do que é mais primitivo no homem, a casa. São abstrações que só ficam bem defendidas por De Las Casas ou De Vitoria. Ou, no caso da segurança ontológica, necessitamos de Giddens (2002), que destaca que a insegurança é um dos males existenciais mais profundos provocados pela modernização reflexiva. Faltou acrescentar: para os povos desenvolvidos, porque para o Sul Global (cf. SANTOS, 2007) sempre foi assim. Assim, necessitamos de Bauman (2007) para apontar a flexibilização dos direitos sociais desses mesmos povos desenvolvidos. Ou pasmar diante da síntese do pensamento de Arendt (2012) de que existir seria distinto de sobreviver – nós que, no Sul Global, principalmente sobrevivemos. E assim vamos, precisando dos argumentos de Heidegger (2001) para defender a centralidade do lar, que o fazia defendendo a centralidade da cultura. Ou de Levinas (1993), que a partir da cultura judaica buscava o equilíbrio entre o uno e o múltiplo, entre o ser e o ente, numa definição histórica de sua marcha. Sim, justamente os povos protagonistas do nosso filme *A Escolha de Sofia*. E, se não for suficiente, precisaríamos ir mais atrás e, como Vitoria, definir como se fosse um direito natural (divino), na ligação mais primitiva do homem com a Terra, que Bachelard (1993) remetia também ao útero, da definição de lar: habitamos somente uma casa, a da nossa infância (aqui, a maioria das referências pertence ao artigo do professor Marandola).

O Marco de Sendai, em seus preâmbulos, fornece os seguintes dados sobre os dez anos de vigência do Marco de Hyogo:

Mais de 700 mil pessoas perderam a vida, mais de 1,4 milhão de pessoas ficaram feridas e cerca de 23 milhões ficaram desabrigadas como resultado de desastres. No geral, mais de 1,5 bilhão de pessoas foram afetadas por desastres de várias maneiras. Mulheres, crianças e pesso-

as em situação de vulnerabilidade foram desproporcionalmente afetadas. A perda econômica total foi de mais de US \$ 1,3 trilhão. Além disso, entre 2008 e 2012, 144 milhões de pessoas foram deslocadas por catástrofes (UNISRD, 2015, *tradução livre*).

Fora os outros dados monumentais, praticamente a população brasileira como um todo, 144 milhões de pessoas foram deslocadas e 23 milhões desabrigadas por conta de desastres. Como, então, podemos centrar toda a política de redução de desastres justamente na questão do habitar? É pouco, muito pouco! E, no outro extremo, injusto, pois, aqui e agora, muitos nunca terão um teto. Afinal, que proposta é essa?

E se pegarmos a definição do que seria um lar, oferecida por Van Swaaij e Klare (2004) e endossada pelo professor Marandola, a impossibilidade de se ter um lar nesses padrões culturais eurocêtricos fica evidente:

A principal cidade do Lar é baseada na matriz energética Segurança, que fornece a base para a cidade. Esta fica no meandro do rio, entre as cidades de conforto e o distrito do colo, logo ao norte da região do aconchego. A localização do Lar é um misto de proteção e potencialidade – localizada entre as terras férteis da Verdadeira Natureza, da Proteção, do Habitual, do Aconchego e do Sofá (MARANDOLA, 2014, p. 98).

A palavra *sofá* parece a mais estranha aqui, mas por que também não seriam as anteriores: verdadeira natureza, proteção, habitual e aconchego? Dilemas sobre a alma e o céu, que não nos pertencem. Abstrações eurocêtricas, agendas estrangeiras, argumentações colonizadoras, para definir o grau de violência que pode ser usada no sul global, física, emocional ou simbólica. E tudo aqui, mesmo que seja sobre desastres, podemos chamar de agenda eurocêntrica boa. Não falamos nem de invasões militares, bombardeios ou ataques com drones.

É preciso esforço muito maior para se partir de outro ponto, no qual vida e liberdade não estejam separadas, ou sua união seja a pretensão da agenda, ali na beirada da linha abissal. Uma expansão do presente seria propriamente esse efeito (SANTOS, 2007). Menos passado, menos futuro, porém mais presente.

Algo como aquele aparato interpretativo, descrito por Alimonda (2011), com relação ao Programa Modernidade/Colonialidade (M/C) em que repousa uma série de operações que derivam da caracterização da colonialidade como um complemento necessário, oposto e sistematicamente oculto da modernidade ocidental. A operação do Programa M/C clari-

fica e promove um ponto de ruptura que processa o chamado “giro decolonial”, que permite aflorar uma diversidade epistêmica com uma pluralidade de novos lugares de enunciação, passados e presentes, em uma relação crítica ou de resistência à modernidade colonial. Esses novos lugares de enunciação seriam as epistemologias de fronteira (MIGNOLO, 2006), que supõem a revalorização das culturas e dos povos dominados e suas histórias de resistência. Dessa perspectiva seria possível recontar a história do continente. Acrescentamos, de todo o planeta.

Nessa fronteira, criadora de novas epistemologias, devemos utilizar todas as epistemologias atuais capazes de favorecer e criar tempo para que o conhecimento que emerge do encontro modernidade/colonialidade possa sobreviver. Algo que procuramos indicar abaixo, no próximo item, passando pelas irredutibilidades do conhecer de Latour e pela teoria da linha abissal de Boaventura Santos. Condicionamentos da relação poder-ciência-população que não podemos ignorar, caso queiramos compreender o que vem acontecendo no mundo com a instalação de dispositivos de redução de desastres.

De qual mundo falamos? Falamos do mundo descrito por Milton Santos e dos dispositivos de biopoder estudados por Foucault.

Segundo Milton Santos, o território era o fundamento do estado-nação, que o modelava. No entanto, hoje, vivemos “uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território”. (SANTOS, 1994). O mundo de Milton Santos é assim no território: o encontro de forças internas ao território em si, contíguas, vizinhas, horizontais com forças externas, virtualizadas, verticais. Para que esse encontro das corporações mundializadas com os corpos dos cidadãos do território possa existir e produzir valor a ser explorado pelas primeiras, fazem-se necessários os dispositivos disciplinares e de biopoder que Foucault gostava tanto de descrever.

## **Reflexões sobre injustiças e novas enunciações coletivas**

Os dispositivos para Foucault, segundo Agamben (2014), é tudo aquilo que, de uma maneira ou de outra, tem a capacidade de capturar, de orientar, de determinar, de interceptar, de modelar, de controlar e garantir os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Em nosso caso, o dispositivo de redução de desastres teve sua expressão sintética dada no item 20 do Marco de Sendai 2015-2030:

Tendo em conta a experiência adquirida com a implementação do Marco de Ação de Hyogo, e prosseguindo na busca de resultado objetivo, há necessidade de uma ação focada no seio de vários setores pelos Estados no nível local, nacional, regional e global nas quatro áreas prioritárias seguintes: 1. Compreender o risco de desastres; 2. Reforçar a governação do risco de desastres para realizar a gestão do risco de desastres; 3. Investir na redução do risco de desastres com foco na resiliência; 4. Reforçar a preparação para desastres para uma resposta eficaz, e para “reconstruir melhor” na recuperação, reabilitação e reconstrução (UNISRD, 2015).

Definitivamente, uma agenda global para todos os locais, com a associação das necessidades da Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres com as necessidades das agendas para o Desenvolvimento Sustentável. Marchamos para a criação da unificação dos temas, com a criação da agenda das agendas, a superagenda global.

Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, estatizado, hoje não é estritamente transnacionalizado. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche (SANTOS, 1998).

Nesse cenário é que as metodologias desenvolvidas por Latour, junto com a teoria da linha abissal de Boaventura Santos, podem ajudar. Pois, enquanto Latour desmistifica a produção técnico-científica e provoca solavancos e paralisias em nossas crenças de verdade no sistema técnico-científico, Boaventura Santos nos ajuda a ganhar tempo, pois “precisamos urgentemente desenvolver metodologias de escuta e de percepção dessa topografia, aprender a cartografar as vozes e de onde elas emanam” (ARAÚJO; CARDOSO, 2013)

Como delimitar a infinitude de correlações coletivas em qualquer enunciação dada? Qual seria aquela que nos mais interessaria? Sendo esse um primeiro critério, como em um espelho que replica, somos obrigados a perguntar posteriormente, ao especular, como delimitar mais uma vez a infinitude de correlações coletivas? E assim seguir na direção da próxima boneca russa escondida na boneca russa anterior. Método amplamente disseminado em nosso mundo contemporâneo: uma sociedade completamente saturada de ciência e tecnologia (NUNES, 2007; CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001). Sem se esconder em dicotomias que abandonou (como natureza e humanidade: duas bonecas russas mágicas, que

ora uma sai de dentro da outra, sem importar a ordem de saída, ora são a mesma boneca), em Latour (1999), em seu trabalho científico, descrição e interpretação se confundem. Não precisamos dizer que cada boneca vale por si e merece de qualquer um nós atenção especial, mas, para Latour, a própria descrição da delimitação seguindo para a próxima boneca encontrada é produzir ciência social. Reduzir o mundo social tridimensional a um mundo plano bidimensional da espessura do papel que retém e suporta as palavras é a tarefa do cientista social. Mas, num mundo tão infinito, rico e tridimensional, como rebatê-lo na bidimensionalidade do plano papel ou do *screen* de computadores e *tablets*? É preciso saber mapear, é preciso produzir a lógica de uma cartografia, e é mesmo por isso que descrever é interpretar. Sigo, então, a partir de agora os textos de Latour, *Reagregando o Social* (LATOURE, 2012) e *A Esperança de Pandora* (LATOURE, 2001), para tentar delimitar sua lógica cartográfica.

Antes de entramos nesses textos de Latour, é preciso atentar para a irredutibilidade desta discussão. Primeiro, sempre falamos sobre nós mesmos, porque o ato de tirar a boneca russa de dentro de outra é sempre feito por nós, que fazemos tal ato. Isto é, ninguém pode fazê-lo por nós. Dessa forma, num espelhamento da teoria da incerteza de Heisenberg, em que se pode dizer que nenhuma experiência se realiza sem a interferência daquele que vê. Isto é, o objeto nunca estará impassível ao observador. Também o retorno deve ser considerado e, de alguma forma, quando descrevemos algo, sempre estamos falando sobre nós mesmos. E, radicalizando este pensamento, também sempre estamos realizando enunciações sobre o presente, sobre nosso presente, mesmo que estejamos discursando sobre o passado ou vaticinando sobre qualquer futuro em previsão.

A irredutibilidade daquele que observa no presente gera outra totalidade, a de que toda origem é falsa ou suja, como dizia Nietzsche (Gaia Ciência), porque inevitavelmente arbitrária! Por isso, não importa de que pressuposto científico partamos, ele é falso por que traz em si mesmo uma lógica de construção que não pode ser evitada, que é arbitrária, que precisa ser atualizada e, portanto, radicalmente transformada pelo ato de sua aplicação. Irredutibilidade da ação que Platão já destacava quando falava sobre o trabalho dos artesãos (SCHWARTZ, 2010). É necessário o percurso para que a falsidade da origem seja superada. Os cientistas sociais o fazem em seus laboratórios, que, para Latour, são seus próprios textos, artigos, relatórios para publicação. Mas, lembremos, como estamos em uma sociedade saturada de ciência e tecnologia, tudo isso acontece por dentro dessa solução saturada. Como então cartografar?

Vistas de uma perspectiva ético-política, as diferentes turbulências reflectem diferentes dimensões da injustiça global constitutiva da ordem imperial na sua fase mais recente: globalização neoliberal como o novo rosto da injustiça sócio-económica, injustiça cognitiva (incluindo a injustiça epistémica, sexual, racial e religiosa) e a injustiça histórica. Isto significa que as diferentes formas da injustiça global não tem existência independente e que, em cada uma delas, todas as outras estão presentes (SANTOS, 2007).

Um último obstáculo antes de tentar responder à questão de como cartografar. E, desculpe, mas a sensação é essa mesma, parece que nunca chegaremos lá. Imaginem o desespero dos primeiros navegadores ibéricos sem saber se chegariam a algum lugar, ou pior, à borda abismal do mundo. Menciono-os, pois a eles se correlaciona mais uma irredutibilidade que obviamente não é muito importante para Latour. E precisamos de Boaventura Santos para demarcá-la. Sempre seremos colonizados.

E, portanto, sempre falamos como colonizados. E os colonizados sempre escondem alguma coisa do grande colonizador. Para tanto, para poder sobreviver (pois nossa vida não mais nos pertence – pertence, sim, ao dominador), o colonizado esconde quem é, o que quer, o que sente e, no ato de esconder, ele pensa, faz uma reflexão muito especial: onde posso me esconder, de tal forma que o grande colonizador não me veja, não me ache! Nós, colonizados, tentamos nos tornar invisíveis ao poder da Conquista vitoriosa. Como isso funciona: o colonizador deve pensar que nos tem, que nos domina, que nos tem transparentes diante de seus olhos. Paradoxalmente, ser transparente é tornar-se invisível e, ao mesmo tempo, opaco. Não devemos obstaculizar a luz dos colonizadores, mas também não devemos deixar que ela nos atravesse o coração. Situação paradoxal, que nos faz parecer imbecis aos colonizadores ou, como expresso recentemente no Tribunal Judiciário máximo brasileiro e por brasileiros: Há sempre um “déficit civilizatório” (SOUZA; BRÍGIDO, 2014).

Nossa relação com as instituições sempre é assim. Nunca somos suficientemente civilizados para elas. Com nossas agências de pesquisa nem se fala. Apresentamos sempre um “déficit civilizatório”. Se o Norte global nunca será moderno (LATOURE, 2001), nós, do Sul global, nunca seremos civilizados o suficiente. Nem científicos o suficiente. E, claro, quando as condições ecológicas globais apertarem, nem humanos o suficiente. A dúvida de sermos portadores (ou não) de almas nos perseguirá – em seus inúmeros formatos e variantes de injustiças – até o fim do *cogito* cartesiano, que brotou do quase sacrifício-genocídio de Abraão e parece ter um fôle-

go capitalista-corporativo-virtual gigantesco em se desdobrar. Mesmo assim, queremos uma reflexão honesta, pois de que adianta manter as citações politicamente corretas e não construir um conhecimento que transforme – pelo menos a nós – naquele que fala. Nós, colonizados.

Reconhecemos o discurso a nosso favor nas reflexões de Boaventura Santos é inevitável. No entanto, Boaventura luta seu bom combate não exatamente a nosso lado, mas em outras frentes, que a nós são estranhas, distantes, fantasiosas, em uma língua que nunca dominaremos, mas que antes nos domina, como Gaspar Correia, o cronista das três viagens de Vasco da Gama (CLIFF, 2012), que descreve em seu relato os massacres e as injustiças daquela conquista. Mas Gaspar Correia escreve de dentro das caravelas de Vasco da Gama. E não poderia ser de outra forma, é a sua caravela epistêmica, que lhe permite se localizar naquele vasto céu incompreensível afro-indiano.

Para os europeus, Boaventura se parece mais com o coronel Kurtz de *Apocalypse Now*, de Francis Coppola. Em plena Guerra do Vietnã, provavelmente 1969, o alto-comando do Exército americano dá ao capitão Benjamin L. Willard (Martin Sheen) a missão de procurar e matar o coronel Walter E. Kurtz (Marlon Brando). Coronel importante do exército, havia supostamente enlouquecido e estava lutando a guerra à sua própria maneira com um grupo de combatentes nas selvas do Camboja. Mas seja como, segundo muitos, o fantasioso cronista Gaspar Correia, ou como o ensandecido coronel Kurtz, ao sobrevir à morte, o ritual funerário o será em Coimbra. As cinzas pertencerão à Praça D. Dinis e, talvez e somente, as histórias míticas versem sobre e no Sul Global. De qualquer forma, é com o reconhecimento da linha abissal (abissal, por quê? Porque intransponível) que divide o Norte global do Sul global que podemos enunciar a terceira irredutibilidade: sempre seremos colonizados!

Como, então, cartografar? Primeiro, reagregando o social disperso e desaparecido pelas próprias definições de social das ciências sociais tradicionais eurocentradas. E, depois, descrevendo um modelo que seja capaz de preservar as singularidades das bonecas russas, que são caixas e, segundo Latour, caixas de Pandora (as bonecas russas são sempre mágicas).

1. Reagregando o social. Seguindo Latour (2012), este define o social como um fluxo visível apenas quando se fazem novas associações. Essas associações ficam visíveis graças às relações que estabelecem com objetos ao seu redor. Mas, para Latour, os objetos parecem associar-se uns com os outros e com laços sociais só momentaneamente, em situações especiais. Nesses momentos, não só os obje-

tos modificam o curso do fluxo social, como o tornam visível em suas características e correlações. Quatro situações são destacadas por Latour: as inovações científicas e tecnológicas; as novas tecnologias, ao serem utilizadas pela primeira vez pelos usuários; a memória por meio de relatórios, arquivos e documentos dessas mesmas controvérsias sociotécnicas; e, por fim, as situações oferecidas por desastres, acidentes, rupturas e golpes. Nosso caso, especificamente.

2. A Esperança de Pandora. Quando, então, o fluxo do social fica visível, é preciso bidimensioná-lo, achatá-lo, planeá-lo (torná-lo plano), torná-lo uma carta (cartografar). Aqui, usando os fatos científicos para demonstrar como ele, Latour (2001), realiza esse achatamento, que ganha no plano a forma de estrela (Figura 1): ela descreve as “diferentes preocupações que todo pesquisador tem de alimentar ao mesmo tempo caso queira ser bom cientista”; em outras palavras, ela descreve “o sistema circulatório encarregado de manter vivos fatos científicos”. Ele poderia ser descrito como cinco tipos de atividades, cinco circuitos: dos instrumentos, dos colegas, dos aliados, do público e dos “vínculos”.

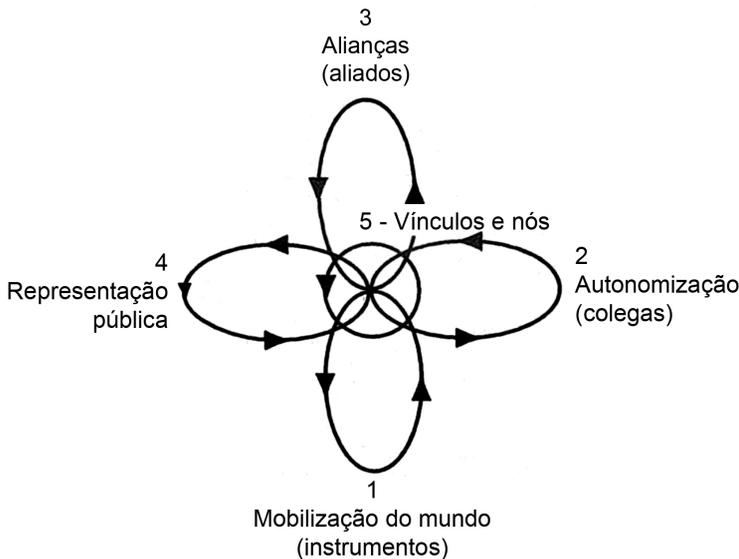


Figura 1 Latour, 2001, p. 118.

O primeiro circuito, dos instrumentos, a mobilização do mundo, trata de expedições, levantamentos e dos locais nos quais todos esses objetos do mundo assim mobilizados estão reunidos e contidos. O segundo circuito, dos colegas, a autonomização, trata da história das profissões e disciplinas e das próprias instituições científicas (organizações, recursos, estatutos, regulamentos para manter juntos os colegas). O terceiro circuito, das alianças, trata da necessária mobilização de grupos grandes, ricos e competentes, capazes de garantir o aperfeiçoamento do trabalho científico. O quarto circuito é o da representação pública ou o da socialização maciça de novos objetos no coletivo, sem abalar o sistema normal de crenças, seja um átomo, radares ou grupos sociais. Por fim, o quinto circuito desse vasto sistema circulatório é o próprio conteúdo científico, o coração palpitante propriamente. Todo esse sistema está vivo, sendo que nenhuma de suas partes é dispensável; todos os circuitos funcionando ao mesmo tempo são um evento único, vivo, encadeados, mas totais.

A união dos itens 1, reagregando o social, e 2, esperança de pandora, achatando o que quer que seja chamado de fato, oferece-nos uma cartografia, possibilita-nos a mágica de achatar topografias e respeitar – ou lutar por respeitar – as três irredutibilidades.

Por dentro de um debate de fronteira, abissal, insuperável e inevitável, podemos, assim, vislumbrar uma agenda transmoderna, como diria Dussel, de impugnação dos conceitos que necessitam sempre da assimetria de saberes para operar dentro das políticas. Só como exemplo, podemos destacar três conceitos operatórios que possibilitam a maioria dos manuais de construção das plataformas de redução de desastres, só para testar nossa capacidade de achatá-los:

- ◆ **Percepção de risco:** o modelo de relacionamento entre a ciência e a população. Seria um modo de medir o grau e a forma de compreensão do risco por parte da população para atuar nessa concepção de maneira correta, isto é, de forma que a concepção científica de ciência do risco seja “absorvida” pela população medida. Esse modelo parte de uma imediata distância cognitiva entre a população e os grupos científicos. O conceito percepção possui subjacente a idéia de que algo foi percebido, mas não compreendido.
- ◆ **Resiliência comunitária:** modelo de explicação social que busca parametrizar economicamente os custos sociais de um desastre. Conceito-chave do item 20 do Marco Sendai. Oriundo das ciências exatas, a ideia de resiliência sofre permanentemente desse mal. Ironicamente, o conceito de resiliência (CUTTER, 2003) é um dos con-

ceitos mais resilientes que existe: por mais adjetivos (ambiental, comunitário, social, etc) que nele se coloquem, ele sempre volta – com um grau de resiliência espetacular – à sua conformação de ciências exatas anterior, transformando as pessoas em objetos taxonômicos, como se fosse um tipo de aço-objeto que responde à taxa e índices de elasticidade material-humana.

- ◆ **Vulnerabilidade socioambiental:** conceito que parece sofrer do mesmo mal do conceito de resiliência – o de sempre transformar seres humanos em objetos de pesquisa no formato das ciências exatas. Sem seus parâmetros economicistas (que quando usados nunca possuem a capacidade de registrar o valor essencial, irreduzível, imaterial e não-quantificável da vida e da liberdade humanas) se transforma em um conceito óbvio e regressivo – vulnerabiliza quem deve ser vulnerabilizado –, sem valor para haitianos ou para a população serrana fluminense. Correlacionar vulnerabilidade com desastres depende do acontecimento trágico de um evento extremo; só assim a correlação ganha alguma densidade explicativa.

## Afinal, o que queremos concluir

Sobre o valor heurístico das três irredutibilidades. As duas apontadas a partir de Latour e a terceira apontada a partir de Boaventura Santos. Ganhando tempo, ou expandindo o presente, como gosta Boaventura. Desmitificando o fetiche das verdades científicas (elas nunca tiveram alma e não podem reivindicá-la, poderíamos brincar com o tema que nos é tão próximo). Afinal, a liberdade se equipara à vida, ou melhor, se evitarmos qualquer “escolha de Sofia”, não há nem por que distingui-las.

Assim, para se utilizar qualquer conceito que nós é oferecido, ou construído a partir de referenciais científicos tradicionais-ocidentais, é preciso reconhecer as três irredutibilidades, para que não ocultemos que a modernidade ocidental, para existir, sempre dependeu da colonialidade, como a define Mignolo:

A racionalização científica ocidental é, de fato, uma realização que deve ser reconhecida. Desse reconhecimento, porém, não se pode deduzir “a racionalidade científica ocidental”, tal como o cristianismo nos séculos XVI e XVII, ou seja, a “única forma” a ser pregada, imposta e aceita pelo resto do mundo. As consequências práticas das realizações científicas e a ideologia do mundo que as acompanha são hoje visíveis por todo o lado desde o extermínio da natureza até a marginalização e extermínio

de seres humanos. Esta é a dupla face e a dupla densidade da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2006, p. 677).

Não podemos mais nos esquecer de que os conceitos científicos universais, mesmo que por reuniões de consenso da ONU, vêm matizados em sua origem pela produção inevitável de assimetria de saber. A ignorância assim criada provoca e exige dos modernos (aqueles que nunca o foram) os atos de dominação e colonização e, se necessário, acompanhados de violência.

Como mitigar esses efeitos de produção de ignorâncias na utilização desses conceitos? O melhor seria não usá-los! Mas, caso se use (percepção social do risco, resiliência comunitária, vulnerabilidade socioambiental, só para seguir nossos exemplos), eles devem estar submetidos ao protagonismo e à autonomia dos coletivos aos quais eles se referenciam. Pois, como bem apontou Lavell, uns perdem e outros ganham com os desastres. E não podemos mais ignorar essa disputa.

## Referências

- AGAMBEN, G. **O amigo e o que é dispositivo?** Chapecó: Argos, 2014.
- ALIMONDA, H. (Org.). **La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- ARAÚJO, I.; CARDOSO, J. Circulação polifônica: comunicação e integralidade na saúde. In: **Construção social da demanda por cuidado.** Rio de Janeiro: Cepesc, 2013. p. 211-224.
- ARENDETT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAUMAN, Z. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Agir dans un monde incertain.** Essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, 2001.
- CLIFF, N. **Guerra Santa: como as viagens de Vasco da Gama transformaram o mundo.** São Paulo: Globo, 2012.
- CUTTER, S. The vulnerability of science and the science of vulnerability. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 93, n. 1, p. 1-12, 2003.
- DUSSEL, E. Six Theses toward a Critique of Political Reason. **Radical Philosophy Review**, Boston, v. 2, n. 2, p.75-95. 1999.
- FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique.** Paris: Hautes Études/Gallimard-Seuil, 2004.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio e conferências.** Petrópolis: Vozes, 2001.

- LATOUR, B. **Politiques de la nature**: comment faire entrer les sciences en démocratie. Paris: Éditions la Découverte, 1999.
- LATOUR, B. **A esperança de Pandora**. Bauru: Edusc, 2001.
- LATOUR, B. **Reagregando o social**. Bauru: Edusc, 2012.
- LEVINAS, E. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MARANDOLA, E. Jr. A escolha de Sofia ou o dilema da segurança humana nos desastres: qual agenda brasileira? In: VALENCIO, N.; SIENA, M. (Orgs.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas. São Carlos: RiMa, 2014. v. IV. p. 91-108.
- MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-diversalidade epistêmica. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Conhecimento prudente para um conhecimento decente**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 667-709.
- NUNES, J. **Governança, conhecimento e participação pública**. Relatório para provas de agregação. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2007.
- PORTELLA, S.; NUNES, J. Populações serranas excluídas, cidades insustentáveis: o enigma da participação pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4223-4228, out. 2014.
- SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3-46, out. 2007.
- SANTOS, M. **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- SCHWARTZ, I. A experiência é formadora? **Revista Educação e Realidade**, v. 35, n. 1, p. 35-48, jan./abr. 2010.
- SOUZA, A.; BRÍGIDO, C. Bate-boca no STF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 fev. 2014.
- TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- UNISRD. **Sendai Framework for disaster risk reduction 2015-2030**. Sendai: ONU, 2015.
- VALENCIO, N. Desastre como prática sociopolítica de solapamento da segurança humana. In: CARMO, R. L.; VALENCIO, N. (Orgs.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa, 2014. p. 15-44.
- VAN SWAAIJ, L.; KLARE, J. **Atlas da experiência humana**: cartografia do mundo interior. São Paulo: Publifolha, 2004.
- VITORIA, F. **Sobre el poder civil**. Sobre los indios. Sobre el derecho de guerra. Madrid: Tecnos, 1988.